



O trauma e o traço: a deriva dos sentidos nas descrições midiáticas dos dramas históricos coletivos

Eliza Bachega CASADEI¹

Resumo

A partir do pressuposto de que os eventos históricos traumáticos são portadores de representações sociais de diversas ordens e articuladores de mecanismos de identificação coletiva, empreenderemos uma exploração teórica em torno da noção de *traço* em Freud e em Derrida, como chave de leitura para estudar os efeitos implicados no uso de traumas históricos em reportagens, tomando como exemplo dois traumas históricos nacionais que são constantemente repetidos pela imprensa: o Estado Novo varguista e a ditadura militar.

Palavras-Chave: Trauma. Traço. Revistas. Representações sociais.

Abstract

From the assumption that traumatic historical events are carriers of social representations and articulate mechanisms of collective identification, we will undertake a theoretical exploration around the notion of trace in Freud and Derrida, as a key for studying the effects involved in the use of historical traumas in news, taking as an example Vargas's New State and the military dictatorship.

Keywords: Trauma. Trait. Magazines. Social representations.

Introdução

“O que funda uma opinião política”, na formulação de Charaudeau (2006, p. 84), “é de início uma pulsão que brota do fundo da história pessoal de cada um”. E assim, “é apenas em seguida que emerge uma racionalização que tende a justificar essa pulsão e lhe dar uma razão social segundo uma moral da vida em sociedade que navega entre pragmatismo e utopia”.

¹ Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), bolsista CAPES e Professora dos Cursos de Comunicação Social da FMU. E-mail: elizacasadei@yahoo.com.br



Isso é válido porque, como explicita Gomes (2008, p. 70), “a identificação é um processo pelo qual algo (sempre um traço e não o conjunto) do modelo criado como ideal de eu é visto em outro lugar, lugar então que atrai como função de realização do ideal”. E assim, “no caso da formação de grupos, essa analogia significativa é baseada numa qualidade emocional comum”. Mais do isso, “as identificações nos protegem dando-nos um respaldo social” e “dentre essas implicações, a mais forte e poderosa talvez seja a oferecimento de discursos prontos que são assumidos como legitimadores” (GOMES, 2008, p. 77-78) de uma determinada forma de ver o mundo.

É neste sentido que os discursos persuasivos se constroem através de identificações de ordens diversas e são expressas através de técnicas como, por exemplo, a *essencialização de ideias indeterminadas*. E isso porque “quanto mais uma ideia é precisa, mais ela exclui o indivíduo que a recebe; quanto mais é definida de maneira fluida, mais permite um campo aberto àquele que a recebe para que este possa nele se projetar” (CHARAUDEAU, 2006, p. 99).

A remissão a eventos históricos traumáticos nas notícias e reportagens pode ser assumida como uma das manifestações desse mecanismo, na medida em que essas histórias ocupam o papel de discursos prontos que legitimam determinadas demandas sociais do presente ao mesmo tempo em que podem ser entendidos como expressões de ideias indeterminadas que constroem lugares diversos de identificação. Se toda inserção histórica tem esse poder de, como coloca Certeau (2008, p. 108), “substituir pedagogicamente alguma coisa que o leitor deve crer e fazer”, a remissão ao evento dramático, como os grandes massacres ou os regimes totalitários, tem uma vantagem adicional, pois alicerçam o processo de identificação em uma diminuição da influência das causas complementares (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996) posto que suas consequências negativas já estão assentadas sob representações sociais comuns.

A partir destes pressupostos, empreenderemos, no presente artigo, uma exploração teórica em torno da noção de *traço* em Freud (*Erinnerungspur*) e em Derrida (*grammé*), como chave de leitura para estudar os efeitos implicados no uso de eventos históricos traumáticos nas reportagens de revistas informativas semanais. Com isso, procuraremos entrever como esses fatos históricos podem se comportar como portadores de representações sociais diversas e são rearticulados a todo instante a partir



de suas diversas reinscrições no presente – ou seja, enquanto narrativas sempre em um constante processo de reescrita. A noção de traço nestes autores é preciosa para que possamos entrever que, embora essas histórias sejam sempre articuladoras de representações sociais, elas estão sempre *em construção*, abrindo a possibilidade destas diversas projeções identificatórias aludidas por Charaudeau.

O traço em Freud: a re(petição)apresentação dos traumas sociais

Os conceitos de trauma e de memória estão relacionados, na obra de Freud, a partir da noção de traço (*spur*). Embora Freud estivesse se referindo aos traumas que afligem o indivíduo, muitos autores depois dele relacionaram os achados freudianos aos grandes traumas sociais que afligem a memória coletiva, ampliando assim, o escopo de suas ideias. Olhar os eventos traumáticos a partir da noção do traço freudiano é interessante na medida em que pressupõe uma memória que se reconstrói a todo o momento em relação às demandas do presente, construindo novos sentidos, novas rotas de inteligibilidade. Isso posto, explicitaremos como Freud relaciona a memória e o trauma a partir do traço, para depois remetermos aos autores que aplicaram os seus postulados aos dramas coletivos implicados nas representações sociais.

Para a psicanálise freudiana, as percepções são depositadas na memória sob a forma de traços que, armazenados em forma de duplicata a partir de princípios diversos, formam uma extensa rede de memórias ligadas em série (*Erinnerungsspur*). Para Freud, todas as memórias ficam retidas, mesmo que elas não se manifestem. Ele coloca, por exemplo, que “não apenas *algo*, mas a *totalidade* do que é essencial na infância foi retido nessas lembranças. Trata-se simplesmente de saber como extraí-lo delas pela análise. Elas representam os anos esquecidos da infância tão adequadamente quanto o conteúdo manifesto de um sonho representa os pensamentos oníricos” (FREUD, 1998, p. 115). Até mesmo as manifestações do inconsciente seguem esse mesmo mecanismo.

Neste sentido, alguns desejos inconscientes se associam a estas memórias e podem levar a processos de deslocamentos e recalques, quando associadas a determinados eventos vividos. É assim que os traços de memória, ao longo de



determinados intervalos de tempo, sofrem um rearranjo, formando novas relações, desenhando novas trilhas.

O ato neurótico de um paciente é assim explicado a partir de uma lembrança que ele constantemente reproduz (*acting-out*), não mais como lembrança, mas sim, como uma ação repetida. Segundo Freud (1998, p. 116), “podemos dizer que o paciente não *recorda* coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas o expressa pela atuação ou atuação (*acts it out*). Ele o reproduz não como lembrança, mas como ação; *repete-o*, sem, naturalmente, saber que o está repetindo”. Assim, “enquanto o paciente se acha em tratamento, não pode fugir a esta compulsão à repetição; e, no final, compreendemos que esta é a sua maneira de recordar” (FREUD, 1998, p. 115-116).

O objetivo da análise, neste contexto, seria uma reelaboração destas memórias traumáticas, uma rearticulação do traço, de forma que é “um triunfo para o tratamento o fato de poder ocasionar que algo que o paciente deseja descarregar em ação seja utilizado através do trabalho de recordar” (FREUD, 1998, p. 119). É justamente porque o material presente em forma de traços de memória está sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas circunstâncias (a uma retranscrição) que “a análise, como uma experiência de ressignificações, vai permitir diversas interpretações do mesmo evento, ou seja, diversos outros significantes podem ser associados ao evento” (QUINET, 2005, p. 54).

Se a esta noção de memória, somarmos a noção freudiana de sintoma, a repetição do trauma se torna ainda mais problemática, na medida em que, para Freud, o sintoma representa mesmo uma espécie de gozo no indivíduo, uma vez que ele se articula enquanto a busca por uma saída alternativa de satisfação do sujeito frente ao desafio imposto pela repressão libidinal.

Embora em seus trabalhos sobre a memória Freud esteja muito claramente tratando do indivíduo, não são raros os trabalhos que transportam as problemáticas freudianas para a análise dos problemas sociais – como o próprio Freud, aliás, empreende em diversas de suas obras. Para Paul Ricoeur (2007, p. 92), por exemplo, no caso da memória, “é a constituição bipolar da identidade pessoal e da identidade comunitária que, em última instância, justifica estender a análise freudiana ao traumatismo da identidade coletiva”.



Alguns dos abusos da memória – como os grandes lutos memorialísticos nacionais ou a obsessão com repetição de um determinado evento histórico – podem ser aproximados do funcionamento freudiano do luto e da repetição. Neste sentido, “pode-se falar em traumatismos coletivos e em feridas da memória coletiva, não apenas num sentido analógico, mas nos termos de uma análise direta” (RICOEUR, 2007, p. 92).

Para Ricoeur, é legítimo pensar que nos arquivos da memória coletiva se armazenam feridas simbólicas que pedem uma cura e, assim, “o excesso de memória lembra muito a compulsão de repetição, a qual, segundo Freud, nos leva a substituir a lembrança verdadeira, pela qual o presente estaria reconciliado com o passado, pela passagem ao ato: quantas violências no mundo valem como *acting out* no lugar da lembrança!” (RICOEUR, 2007, p. 92).

Neste sentido, é possível pensar que existem traumatismos da memória coletiva que operam de forma similar aos traumas da memória individual, no sentido de estórias passadas e traumáticas que se repetem incessantemente, cristalizando-se em representações sociais que circulam na esfera pública. E aqui, estamos nos referindo especialmente às estórias – como notícias, reportagens, filmes, livros de ficção etc. – que, de diferentes formas, fazem remissão a esses eventos traumáticos e que servem de substrato para as representações sociais, funcionando não como repetição vazia de um traço, mas como organizadores coletivos da vida em conjunto.

Como nos lembra Castoriadis (*apud* CHARAUDEAU, 2006, p. 185) “a sociedade deve definir sua ‘identidade’: sua articulação; o mundo, suas relações com ele e com os objetos que contém; suas necessidades e seus desejos”, de forma que “o papel das significações imaginárias é o de fornecer uma resposta a essas perguntas, resposta que, evidentemente, nem a ‘realidade’ nem a ‘racionalidade’ podem fornecer” (CASTORIADIS *apud* CHARAUDEAU, 2006, p. 185). Ora, os eventos históricos traumáticos e a significação social que é dada a eles funcionam como um dos elementos chave na constituição das representações sociais.

Ao mesmo tempo, no entanto, pelo seu caráter como socialmente compartilhado, a transposição do traço freudiano aos traumas coletivos deve pressupor que a significação dada aos eventos traumáticos históricos aludidos deve estar de acordo com determinadas representações sociais assentadas. E mais do que isso, deve estar de



acordo com determinadas demandas reivindicatórias do presente para que possam ser aceitas e sofrer o processo de rearranjo.

Mais do que disparadores de discursos de autoridade, os eventos históricos traumáticos, nesta lógica, assumem o papel de agenciadores coletivos da enunciação. Para Deleuze e Guattari (1995, p. 18), “o caráter social da enunciação só é intrinsecamente fundado se chegamos a mostrar como a enunciação remete, por si mesma, aos agenciamentos coletivos”. E assim, “só há individuação do enunciado, e da subjetivação da enunciação, quando o agenciamento coletivo impessoal o exige e o determina”, de forma que não há “inserção de enunciados diferentemente individuados, nem encaixe de sujeitos de enunciação diversos, mas um agenciamento coletivo que irá determinar como sua consequência os processos relativos de subjetivação, as atribuições de individualidade e suas distribuições moventes no discurso”.

É o trauma coletivo que fornece o substrato que liga o imaginário comum a uma determinada demanda, na medida em que a sua incessantemente repetição passa a funcionar mesmo enquanto palavra de ordem nas narrativas jornalísticas, a partir do rearranjo do traço possibilitado pelas novas circunstâncias e demandas e de um mecanismo combinatório entre identificação e ressonância.

É necessário levar em consideração, contudo, que mesmo ligada aos agenciamentos coletivos da enunciação e às representações sociais que permitem a atribuição de sentidos precisos a um texto, essa repetição do trauma coletivo, uma vez sujeita ao traço, também é, ao mesmo tempo, suficientemente aberta para permitir projeções diversas de identificação nos indivíduos. Se “a lembrança tem sempre uma função de reterritorialização” (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 92), ela está sujeita ao movimento do devir, de forma que a repetição nunca é a repetição do mesmo.

Isso pode ser facilmente notado em reportagens e materiais jornalísticos que fazem remissões a eventos históricos traumáticos. Podemos citar, especialmente, dois deles que tiveram grande repercussão na história do país e que são constantemente evocados pela imprensa nacional: o Estado Novo varguista e a Ditadura Militar.

No que diz respeito ao primeiro evento, podemos notar que as remissões à ditadura varguista possuem um trajeto interessante na imprensa nacional. Estudando a revista *Veja*, pudemos notar que, em um período que se estende de aproximadamente



1974 até 1986, a figura de Vargas foi constantemente lembrada pela revista *Veja* com um objetivo: mostrar como a ditadura varguista havia sido prejudicial para o país. Depois da redemocratização ou, mais especificamente, a partir dos anos 90, a revista continua a citar constantemente o governo Vargas e o período do Estado Novo, mas com objetivos diversos, ligados a uma crítica das políticas econômicas nacionalistas.

É exemplar do primeiro período, por exemplo, a reportagem “Há 40 anos, o Estado Novo”, publicada em 09 de novembro de 1977. Segundo a reportagem, a Constituição outorgada para legalizar o Estado Novo garantia:

que o poder continuava emanando do povo, e até mesmo rotulava o novo regime de democrático. Previa engenhosas eleições indiretas para todos os cargos, até mesmo os legislativos, mas, por via das dúvidas, o último artigo de suas disposições transitórias colocava o país sob o estado de emergência, durante o qual o presidente poderia tomar drásticas providências como aposentar compulsoriamente civis e militares, sem possibilidade de recurso ao Judiciário. Criava, ainda, a censura à palavra escrita e oral (...).

As cadeias, em pouco tempo, encheram-se de presos políticos, muitos dos quais acabaram submetidos a torturas cruéis – uma prática que, apesar de mantida sob severa reserva, acabou registrada pela História como a mais acentuada característica do Estado Novo, tornando praticamente impossível o estudo e o reconhecimento dos aspectos positivos de sua ação, quase todos localizados no campo da economia e da administração pública (VEJA, 9/11/1977, p. 28-29).

Se as coincidências entre os pontos escolhidos pelo repórter e os grandes problemas do regime militar podem parecer, em um primeiro momento, casuais, as frases seguintes se ocupam em desfazer essa impressão. É posta, então, uma explícita comparação entre o regime ditatorial varguista e o instalado pelos militares em 1964.

A vaga liberalizante que varreu o mundo com o final da guerra, em 1945, arquivou temporariamente esses conceitos autoritários que, no entanto, conseguiram ressurgir em muitas partes do mundo. Foi ao enxergá-los de novo no horizonte, em dezembro de 1968, quando o Congresso brasileiro foi novamente posto em recesso e a Constituição submetida à força maior do AI-5, que o deputado mineiro Tancredo Neves, maliciosamente, definiu o novo golpe contra as instituições como o de 1937 desfechado de dentro do próprio governo: ‘O AI-5 é o Estado Novo da UDN. Na UDN atuaram, de 1945 a 1965, alguns dos principais adversários de Getulio Vargas e mais fervorosos pregadores do movimento de março de 1964 (VEJA, 9/11/1977, p. 29).



Já no segundo período citado, a abordagem é radicalmente diferente, como fica explícito, por exemplo, na reportagem “Memória Nacional”, publicada na edição de 7 de Abril de 1993, na ocasião da venda de 70% da Companhia Siderúrgica Nacional - que deixava, com isso, de ser uma empresa estatal - em um leilão controverso. O *lead* da matéria a apresentava da seguinte maneira:

Símbolo da industrialização promovida pelo Estado, a Companhia Siderúrgica Nacional, a estatal fundada por Getulio Vargas em 1941, tornou-se uma empresa privada na sexta-feira passada. O barulho em torno da venda de suas ações no leilão realizado no Rio de Janeiro foi grande (...), mas o monumento do Estado Novo ruiu assim mesmo (VEJA, 7/4/1993, p. 78).

Ao qualificar a Companhia Siderúrgica Nacional como um “símbolo da industrialização promovida pelo Estado” e como “o monumento do Estado Novo”, a revista deixa claro o seu posicionamento, usando como base de sua argumentação um evento histórico traumático ressignificado em relação ao período anterior.

As duas matérias citadas são apenas exemplos pontuais de um mecanismo mais vasto que pode ser observado na revista nesses dois momentos históricos em suas remissões à figura de Vargas. Esse comportamento é indicativo da rearticulação de traços traumáticos aludidos por Freud e são também testemunhas do processo de retranscrição de um trauma coletivo.

No que concerne às representações da ditadura militar, podemos encontrar mecanismos de reinscrição semelhantes. O confronto entre estudantes e policiais durante uma greve da Universidade de São Paulo é descrito, por exemplo, nos seguintes termos por *Carta Capital*: “força pública *versus* multidão, numa sequência de imagens que faz lembrar outros tempos, quando estudantes enfrentavam a polícia para protestar contra a ditadura” (CARTA CAPITAL, 17/06/2009, p. 18). O posicionamento contrário ao diploma de jornalista é defendido porque “os jornalistas brasileiros trabalharam nas últimas quatro décadas sob a espada da Lei de Imprensa. Editada em 1967 pelos militares que governavam o país, a lei serviu como instrumento para intimidar repórteres e empresas de comunicação” (VEJA, 17/06/2009, p. 84).



Essas reportagens mostram a capacidade de constante reinscrição dos eventos traumáticos que, a partir do rastro traçado pelo traço traumático coletivo, podem servir a diferentes demandas e representações sociais.

Nos deparamos constantemente nas reportagens com o uso de determinados eventos históricos-chave que se repetem nas estórias contadas, em um movimento que alude à compulsão à repetição do trauma. Visto sob a perspectiva do traço, no entanto, o que é mais interessante é o movimento de rearranjo que essas memórias sofrem a todo o instante a partir das experiências vividas socialmente – ou, mais apropriadamente, em relação às demandas sociais que estão instaladas em um grupo – provocado pelo jogo de retranscrição entre os traços do passado e os desejos do presente. Para aprofundarmos a questão, podemos apelar para a noção de traço em Derrida e suas implicações nos estudos da memória coletiva.

O traço em Derrida e a repetição diferida

Em sua leitura sobre o trabalho de Freud, Derrida aprofunda a noção de que a memória coletiva sofre constantes rearranjos a partir de um reordenamento da noção de traço. Se, para Freud, o traço era concebido como uma presença, como uma marca mnemônica que constrói um rastro no aparelho psíquico, Derrida se esforçará para fazer remissão a um traço sem uma origem a que se possa fazer referência.

Se é o traço que efetua a intermediação entre o trauma e a memória, para Derrida, esse traço tem que ser, necessariamente, entendido enquanto um *traço diferencial*, um traço que não está mais marcado por uma presença, mas um traço em que a própria ausência se torna a marca da escritura. E, neste sentido, a memória é “uma escrita marcada por traços diferenciais, pelas quais a rede de marcas escriturais definiria a constituição e a produção de sentidos” (BIRMAN, 2008, p. 146).

O traço derridariano, neste contexto, se insere como o elemento central que permite pensar que não apenas o sentido da memória é o de uma repetição que sempre se renova e se modifica, mas que todo processo de significação só pode ser concebido como um jogo infinito de adiamentos e remissões que faz com que um sentido nunca seja estático e nunca coincida com ele mesmo.



Na concepção de Derrida, o traço antecede todo o sistema de significação e toda a cadeia significante, de forma que ele é o movimento da própria diferença. Em suas palavras, “o traço (puro) é a *differance*” (DERRIDA, 1997, p. 62), aludindo a este jogo mesmo de adiamentos pressuposto em todo o ato significante.

Para Derrida, Saussure abriu o caminho para a gramatologia na medida em que foi hábil em estabelecer o mecanismo da *différence*, ou seja, do fato de que um signo é aquilo que os outros signos não são e que ele tem apenas um valor relativo, ou seja, determinado por sua posição em relação a outros signos do sistema. A *différence* derridariana, no entanto, é de outra ordem e alude, justamente, a uma temporização do signo, ou seja, a um retardamento, a um adiamento que faz com que os sentidos estejam sempre em construção. O traço é a manifestação da *différence*.

É a partir desta ideia de traço que Derrida articula também a sua concepção de memória. Para o autor, ela se estrutura a partir da ideia de um luto impossível, pois está sujeito a ausência de um corpo, a um velório em *default*, marcado pela falta. A memória, neste sentido, é apenas um traço (*grammé*), ou seja, aquilo que “produz o espaço da sua inscrição senão dando-se o período da sua desapareição” (DERRIDA, 1995, p. 221).

De uma forma geral, o peso da memória não poderia ser separado, na obra de Derrida, do peso de se possuir um nome. Segundo suas próprias palavras, “a morte revela o poder do nome até a máxima extensão de que o nome continua a nomear ou a chamar o que nos chamamos de carregador do nome e que não pode mais responder à ou responder para e por seu nome” (DERRIDA, 1988, p. 49). Possuir um nome é, portanto, se sujeitar a uma eterna possibilidade de repetição deste nome no futuro, mesmo quando o nomeado não estiver mais presente. A partir de um funcionamento análogo, o ato de recordar, portanto, não é feito a partir da presença de um presente (o que significa que não se trata mais da ausência como o outro da presença), mas sim, de uma eterna presença da ausência, de uma presença feita de ausência.

A morte mostra o poder do nome porque faz com que se retenha apenas a memória e o nome, ou mais especificamente, a memória no nome e, neste sentido, não há mais como se pensar em uma memória pura: pode-se dizer apenas “em memória de”. Para Derrida, não se pode separar memória e nome porque isso significa que quando se fala “em memória de”, está-se referindo a um jogo duplo: significa tanto que o nome



está *em* nossa memória (a partir da habilidade de evocar imagens e símbolos do passado) e que o nome está *em si*, fora, como um auxiliar exterior (tal como um monumento ou um símbolo erguido “em memória de”).

A ambiguidade da memória está posta justamente aí: “a morte revela que o nome próprio pode sempre se prestar a repetições na ausência de quem o carrega, se tornando, deste modo, um nome singular tão comum quanto a pronúncia ‘Eu’, apagando, assim, a sua singularidade mesmo quando a designa” (DERRIDA, 1988, p. 50).

É a partir dessa ligação da memória ao nome que se pode subverter fundamentalmente a noção de que a memória é do passado. Isso porque assim como o nome, trata-se para Derrida, de uma memória que é sempre diferida (*différance*), sujeita ao mesmo jogo da linguagem. Diz respeito, em outros termos, ao retardamento do signo que impede que este seja passível de uma apreensão perfeita, sem resíduos.

Derrida inscreve o ato de recordar no mesmo mecanismo imposto pelo traço. O ato de dar nomes às coisas está sempre sujeito à sua inscrição em traços, sendo que estes marcam toda e qualquer inscrição no presente. Desta forma, não se pode falar, absolutamente de um resgate do passado, mas sim, no máximo, de uma narração do passado. Uma vez que a memória é inseparável desta potencialidade de ressurreição do nome, ela está sempre limitada ao próprio ato presente que, no momento que surge, deixa de ser memória e passa a ser narrativa.

Novamente podemos estabelecer um movimento análogo ao da linguagem. Ao falar um nome, o objeto que o carrega não precisa estar necessariamente presente, o que já marca uma falta. Derrida aponta, no entanto, uma falta a mais do que esta que já está posta neste mecanismo básico da linguagem: trata-se da ausência do contexto. Isso significa que determinado enunciado continua a sua missão de comunicar em outros presentes no futuro, sendo que estes podem prevalecer sobre esse momento originário. Trata-se mesmo de uma sobreposição de futuros.

E é por isso que a memória, ao continuar sua missão de comunicar através da narração que a torna presente, é sempre um ato voltado a um presente e a um futuro que se sobrepõem, e nunca a um passado. Se no pensamento de Derrida, como bem coloca Amaral (2000, p. 41), “tudo está por vir e a ser repetido, sempre a partir do presente, só



há presenças, onde passado, presente e futuro acontecem simultaneamente”, a noção de que a memória é do passado sofre mesmo um deslocamento radical.

Ora, pensar em uma *memória diferida* tem implicações importantes na medida em que a própria atribuição de sentidos para esta memória também está sempre no futuro e o processo interpretativo é entendido enquanto um jogo interminável de tecimento com outros textos da cultura. A escrita só pode ser tomada a partir de uma série de ausências que se sobrepõem – a partir de uma descompatibilização com a suposta presença de um sentido verdadeiro para um texto e mesmo com a presença de um destinatário ou de autor empírico, mesmo que constantemente modificados. Essa marcação de incertezas e ausências é marca da própria escrita uma vez que “mesmo se é destinada única e exclusivamente para você, minha carta deve permanecer legível em princípio depois de sua morte como também da minha” (DERRIDA, 1989: 53).

É neste sentido que toda mensagem guarda sempre a especificidade de poder ser iterado, mesmo que o seu contexto de produção não mais exista, uma vez que ele se constitui mesmo enquanto um traço que não se esgota no ato de sua inscrição. E é por isso que toda narrativa é sempre arbitrariamente construída e a escritura carrega consigo sempre a possibilidade de leituras arbitrárias.

A iteração da memória diferida, portanto, guarda a implicação de que o jogo das identificações aludido na remissão a eventos históricos traumáticos, muito embora remetam a representações sociais de grande espectro, estão sempre sujeitos à imprevisibilidade, uma vez que a própria iteração permite diferentes projeções identificatórias, de forma que o uso de termos como “ditadura militar” ou “Estado Novo” não remetem sempre ao mesmo conjunto de pressupostos.

Considerações finais

As explorações em torno do conceito de traço em Freud e Derrida fornecem uma série de subsídios teóricos para a equacionalização dos processos identificatórios individuais em sua correlação com os processos de identificação coletiva a partir do uso de eventos históricos traumáticos em reportagens, mostrando como o trauma histórico se configura como um símbolo cujos significados são suficientemente fechados (para



permitir a atribuição de determinados sentidos ao texto) e suficientemente abertos (para permitir a projeção identificatória de sujeitos diferentes).

A partir de Freud podemos entrever a intermediação do traço entre o texto repetido e o trauma enquanto um processo que instaura um comum ao mesmo tempo em que implica uma rearticulação constante dos próprios trilhamentos desta memória coletiva em sua correlação com as novas percepções e demandas do tempo presente (demandas estas que, por sua vez, também estão assentadas em representações sociais compartilhadas). A radicalização derridariana, por sua vez, ao pressupor um traço que se define como a própria *differance*, mostra uma rearticulação ainda mais acentuada da memória, uma vez que a narrativa é, por definição, indeterminável e constantemente iterável, desde sempre diferida.

Neste sentido, podemos dizer que as memórias traumáticas nas reportagens podem ser pensadas como escrituras que seduzem o leitor a compor com os fragmentos, formando um novo texto – texto este que se rearticula completamente a partir de cada traço que é aludido e/ou identificado.

Referências

AMARAL, A. C. L. “Sobre a memória em Jacques Derrida”. In NASCIMENTO, E., GLENADEL, P. *Em Torno de Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

BIRMAN, J. “Pensamento do Traço e Discurso Freudiano”. In SAFATLE, V. e MANZI, R. (orgs.). *A Filosofia após Freud*. São Paulo: Humanitas, 2008.

CERTEAU, M. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DERRIDA, J. “Freud e a cena da escritura”. In *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. *Memoires for Paul de Man*. Nova York: Columbia University Press, 1988.

_____. *Limited Inc*. Illinois: Northwestern University Press, 1989.

_____. *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

_____. *Of Grammatology*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

FREUD, S. “Recordar, Repetir e Elaborar”. In: *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

GOMES, M. R. *Comunicação e Identificação*. São Paulo: Ateliê, 2009.

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de Argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

QUINET, A. “Que tempo para a análise?”. In: A. Quinet. *As 4 + 1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

REGO, C. M. *Traço, Letra, Escrita*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

RICOEUR, P. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.